Por ter estado envolvido em múltiplas actividades do minibásquete em Leiria, não pude estar presente no Clinic Internacional da AB do Porto.

Contudo, li no blog do Henrique Santos - Aprender e ensinar basquetebol - um resumo da intervenção do Mário Gomes na Póvoa do Varzim.
Uma das citações expressas no resumo, que me chamou à atenção foi o conceito de que o "treinador não se deve remeter às quatro linhas". Esta afirmação reforçou a minha vontade de dar continuidade ao artigo: "Repensar o basquetebol", dando contributos, para uma reflexão sobre a divisão geográfica e administrativa do basquetebol."

No artigo anterior verificamos que, nem sempre as Associações de Basquetebol se organizaram numa lógica distrital. A origem das associações em torno do conceito distrital nasce em 1942 e resulta da necessidade de um maior controlo sobre o associativismo por parte do regime ditatorial do Estado Novo. Como resultado, uma imposição legislativa extingue as seguintes Associações de Basquetebol: Costa do Sol, Elvas, Figueira da Foz, Gouveia, Torres Vedras e a Associação de Basquetebol do Barreiro, que passou a denominar-se Associação Basquetebol de Setúbal. Esta imposição legislativa foi na época prejudicial ao crescimento do basquetebol. No entanto, se foram razões políticas que levaram obrigatoriamente as Associações a organizarem-se em torno do conceito distrito, com o evoluir dos tempos esta lógica passou a ter alguma razão de ser, pelos factores que passarei a enumerar e aos quais, nunca nos poderemos desligar, o factor financiamento.

Durante muito tempo para se organizar uma iniciativa ou um evento era necessária a autorização do Governo Civil, mas como este organismo também tinha meios financeiros, ao pedido de autorização vinha muitas vezes associado um pedido de apoio financeiro.

Os apoios do estado à actividade desportiva foram evoluindo e em determinada fase estes eram processados através da Direcção Geral do Desportos, que na sua orgânica também tinha uma lógica distrital, ou seja a Direcção Geral de Desportos, distribuía verbas pelas Delegações Distritais da Direcção Geral de Desportos, que dispunham deste modo de um orçamento para

apoiar as actividades e os clubes desportivos do distrito.

Para além das fontes de financiamento, decisivas em qualquer actividade, um outro factor contribuía para que as Associações se organizassem em torno do conceito distrito: a rede rodoviária e ferroviária do país.

Como muitos de nós nos lembramos a rede rodoviária era, até há 20 anos, muito débil e igualmente assente numa lógica distrital. Em grande parte dos distritos as estradas confluíam primordialmente para a sua capital.

Embora nenhum dos factores, que conduziu à lógica distrital seja uma realidade nos nossos dias, estes e o tempo contribuíram para o enraizamento de fronteiras dentro das nossas cabeças, que às vezes temos alguma dificuldade de por em causa, nomeadamente quando não vislumbramos, quais devem ser as “novas fronteiras.”